

- Nas questões a seguir, marque, para cada uma, a única opção correta, de acordo com o respectivo comando. A ausência de marcação ou a marcação de dois ou mais campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use a **Folha de Respostas**, único documento válido para a correção das suas provas objetivas.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.
- Sempre que utilizadas, as siglas subsequentes devem ser interpretadas de acordo com a significação associada a cada uma delas, da seguinte forma: ADI = ação direta de inconstitucionalidade; ADPF = arguição de descumprimento de preceito fundamental; AIDEF = Associação Interamericana de Defensorias Públicas; CDC = Código de Defesa do Consumidor; CF = Constituição Federal de 1988; CNJ = Conselho Nacional de Justiça; CP = Código Penal; CPP = Código de Processo Penal; DP = Defensoria(s) Pública(s) ou defensor(es) público(s), conforme o contexto; ECA = Estatuto da Criança e do Adolescente; FUNAI = Fundação Nacional do Índio; LDB = Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; LGBT = lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros; MP = Ministério Público; OAB = Ordem dos Advogados do Brasil; OIT = Organização Internacional do Trabalho; ONU = Organização das Nações Unidas; SUS = Sistema Único de Saúde; STF = Supremo Tribunal Federal; STJ = Superior Tribunal de Justiça; TJ/AC = Tribunal de Justiça do Estado Acre; UTI = unidade de terapia intensiva.

PROVA ESCRITA OBJETIVA

QUESTÃO 1

Com relação à aquisição da personalidade jurídica das pessoas naturais, o ordenamento jurídico brasileiro adota a corrente

- A normativista.
- B transformadora.
- C concepcionista.
- D natalista.
- E da personalidade condicional.

QUESTÃO 2

Com relação à nota promissória, assinale a opção correta.

- A Para que a cartularidade dessa nota seja garantida, é necessário aceite.
- B É vedada, nesse tipo de título, a utilização de cláusula não à ordem.
- C A obrigação constante desse título deve ficar sujeita a uma condicionante.
- D A referida nota é uma promessa de pagamento.
- E A emissão dessa nota exige vinculação a um negócio jurídico.

QUESTÃO 3

No que se refere aos alimentos e à obrigação de prestar alimentos, assinale a opção correta.

- A O direito de exigir alimentos está vinculado à idade ou à incapacidade civil do alimentado.
- B O direito a alimentos prescreve em dois anos.
- C Os alimentos, por constituírem um direito patrimonial, podem ser renunciados.
- D Os alimentos legítimos ou legais decorrem de parentesco, casamento ou união estável.
- E É admissível a prisão civil por inadimplemento de obrigação de alimentos indenizatórios.

QUESTÃO 4

Pedro, recém-chegado a Rio Branco, adquiriu de Ana um apartamento na cidade e, posteriormente, descobriu que havia pagado, pelo imóvel, valor equivalente ao dobro da média constatada no mercado, uma vez que desconhecia a real situação imobiliária local e tinha pressa em adquirir um apartamento para abrigar sua família.

Nessa situação hipotética, o negócio poderá ser anulado, uma vez que apresenta o vício de consentimento denominado

- A dolo.
- B lesão.
- C fraude contra credores.
- D estado de perigo.
- E coação.

QUESTÃO 5

O contrato de arrendamento mercantil

- A é um contrato de natureza acessória, pois fica vinculado à aquisição de bens para uma atividade empresarial de cunho mercantil desempenhada pelo arrendatário.
- B possibilita que, concluído o prazo contratual estipulado, o arrendatário adquira a coisa arrendada pelo pagamento de valor residual.
- C é um contrato especial de venda e compra a prazo por meio do qual a arrendadora assume a promessa de readquirir o objeto da transação, após a quitação do contrato, mediante pagamento do preço integral em parcela única.
- D é um instrumento jurídico destinado a atender exclusivamente à necessidade das pessoas jurídicas que exercem atividade mercantil, por meio da aquisição de equipamentos e veículos destinados a sua atividade empresarial.
- E possibilita que o bem arrendado possa ser alienado no curso do contrato sem a anuência da arrendadora, hipótese na qual o adquirente assumirá a condição de arrendatário.

QUESTÃO 6

A responsabilidade civil, de acordo com o Código Civil,

- A** na hipótese de pai e filho maior que concorrem para o ato ilícito, recairá sobre o pai, devendo o filho ser responsabilizado subsidiariamente.
- B** não poderá ser atribuída a pessoa diferente daquela que houver causado o dano.
- C** será indevida quando não for possível quantificar a extensão do dano causado.
- D** no caso de ato danoso praticado por animal, será imputável ao dono deste, se não houver culpa da vítima.
- E** se referente a ato ilícito que resulte em diminuição da capacidade laboral, fornece à vítima o direito a exigir danos morais ou pensão equivalente à depreciação sofrida.

QUESTÃO 7

Aos setenta anos de idade, Roberto, viúvo, com três filhos maiores, sendo um deles incapaz, pretende firmar testamento a fim de dispor, após sua morte, dos bens de que é proprietário.

Nessa situação,

- A** a sucessão testamentária só poderá ser realizada mediante testamento público.
- B** Roberto só poderá dispor, no testamento, de até vinte e cinco por cento de seus bens.
- C** a sucessão testamentária depende da anuência dos filhos capazes e do representante legal do incapaz.
- D** a idade de Roberto não é fato impeditivo para firmar testamento.
- E** a existência de filho incapaz impede a sucessão testamentária.

QUESTÃO 8

O contrato de fiança

- A** veda a renúncia ao benefício de ordem.
- B** não permite a exoneração do encargo, se relacionado a contrato por tempo indeterminado.
- C** é uma espécie de contrato acessório.
- D** é uma espécie de contrato de adesão.
- E** é um contrato de garantia real.

QUESTÃO 9

Entre outros aspectos, é motivo capaz de ensejar revisão ou rescisão contratual, com base na teoria da imprevisão,

- A** o dolo do contratante que obtém vantagem excessivamente onerosa.
- B** a onerosidade do contrato de natureza continuada ou diferida.
- C** a dificuldade financeira do devedor, proveniente de desempregado involuntário.
- D** o fato de o contrato ser de execução instantânea.
- E** a previsibilidade de acontecimentos futuros.

QUESTÃO 10

A garantia por hipoteca

- A** será extinta caso morra o garantidor.
- B** extingue-se pela alienação da coisa hipotecada.
- C** é uma obrigação restrita às partes contratantes.
- D** faz que o credor assuma a propriedade da coisa hipotecada se a dívida não for paga no vencimento.
- E** afeta o objeto da garantia em caráter absoluto, podendo o credor, desde que não preferencial, se opor *erga omnes*.

QUESTÃO 11

No que se refere à extinção das obrigações, julgue os itens a seguir.

- I** O segurador, por reparar ato danoso suportado pelo segurado, o sub-roga legalmente no direito contra o autor do dano.
- II** Havendo recusa no recebimento de valores, o devedor poderá realizar o depósito da quantia devida em estabelecimento bancário, em nome do credor, e garantir a extinção da obrigação.
- III** A dação em pagamento constitui direito subjetivo do devedor.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item I está certo.
- B** Apenas os itens I e II estão certos.
- C** Apenas os itens I e III estão certos.
- D** Apenas os itens II e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 12

No que se refere à união estável, ao casamento, à filiação e aos alimentos, julgue os itens a seguir.

- I** Será admissível o deferimento de alimentos gravídicos mesmo quando não for verificada hipótese de presunção legal de paternidade.
- II** Na união estável, será nulo de pleno direito o contrato firmado entre os companheiros que disponha de regime patrimonial diverso do regime de comunhão parcial de bens.
- III** Será vedado ao juiz impor a guarda compartilhada caso um dos genitores declare que não deseja exercer a guarda do menor.
- IV** Optando pelo divórcio extrajudicial, os nubentes poderão deliberar, na mesma escritura, sobre partilha de bens, guarda de filhos e alimentos.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 13

Em determinada ação de indenização, a DP, representando os interesses do réu, retirou os autos do cartório em carga dez dias antes da publicação da sentença, sentença esta que já estava nos autos ao tempo da carga, e protocolou apelação competente vinte e cinco dias após essa publicação. A parte autora, que estava representada por advogado particular, não apelou. O juiz entendeu que a apelação interposta pela DP era intempestiva, determinando a certificação do trânsito em julgado da sentença.

A partir dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com o regramento dos atos processuais civis.

- A** Caso a parte autora houvesse apelado, em qualquer momento dentro do prazo de trinta dias da publicação da sentença, eventual recurso adesivo interposto pela DP deveria ter sido admitido.
- B** O juiz decidiu corretamente, já que se considerou a DP intimada quando retirou os atos do cartório, tendo se iniciado nesse momento o prazo para apelação, o qual não foi atendido.
- C** O juiz decidiu incorretamente, pois a DP tem prazo em quádruplo para recorrer, de maneira que a apelação, nesse caso, foi tempestiva.
- D** O juiz decidiu incorretamente, tendo em vista que a DP possui prazo em dobro para apelar, o qual se iniciou na data de publicação da sentença.
- E** Toda intimação pessoal de DP deve ser feita, necessariamente, por meio de remessa dos autos à DP.

QUESTÃO 14

Um juiz, nos autos da execução de sentença de determinado processo cível, proferiu despacho determinando que os devedores fossem intimados a efetuar o pagamento do débito, bem como a adimplir as custas recolhidas pelo credor para essa fase do processo.

Foi dado aos executados o prazo de quinze dias úteis, sob pena de multa de 10% e de honorários advocatícios de 10% sobre o valor do débito, para que pagassem o débito. Transcorrido esse prazo, caso não houvesse sido realizado o pagamento voluntário, teria início o prazo de quinze dias para que, independentemente de penhora ou de nova intimação, os executados apresentassem, nos próprios autos, sua impugnação, instrumentalizada com o demonstrativo dos cálculos.

Considerando-se as informações apresentadas na situação hipotética, conclui-se que a decisão em questão reconhece a exigibilidade de obrigação de

- A** pagar quantia certa pela fazenda pública.
- B** entregar coisa.
- C** fazer.
- D** pagar quantia certa.
- E** prestar alimentos.

QUESTÃO 15

Uma criança necessita, com urgência, de internação em UTI. Alegando ser hipossuficientes, seus pais procuraram a DP e informaram que não havia leitos disponíveis nos hospitais da rede pública. Além disso, relataram que haviam perdido todos os laudos de exames da criança e que não poderiam aguardar a segunda via deles, tampouco submetê-la a novos exames, em razão do risco iminente de morte dela.

Nessa situação, a fim de garantir a pronta internação da criança, a DP deverá ajuizar

- A** ação, qualquer que seja ela, apenas após a entrega dos laudos dos exames da criança.
- B** mandado de segurança, com pedido cautelar em caráter antecedente.
- C** mandado de segurança, com pedido de produção de prova pericial sobre o estado de saúde dela, a ser realizada na fase de dilação probatória.
- D** ação ordinária, formulando pedido de tutela de evidência.
- E** ação ordinária, formulando pedido de tutela de urgência de caráter antecedente.

QUESTÃO 16

Com relação aos embargos declaratórios, assinale a opção correta.

- A** Caso sejam acolhidos e modifiquem a decisão embargada, o embargado que houver aviado outro recurso contra a decisão originária deverá complementar as razões deste recurso.
- B** Deverá ser ratificado recurso que houver sido interposto pela outra parte antes do julgamento dos embargos, caso estes sejam rejeitados.
- C** Por interromperem o prazo para a interposição de recursos, dispensam a intimação das partes quanto à decisão proferida em virtude do julgamento desses recursos.
- D** Se manifestamente protelatórios, o juiz, fundamentadamente, condenará o embargante a pagar ao embargado, inicialmente, multa correspondente a dez por cento sobre o valor da causa.
- E** Se forem opostos contra decisão de relator proferida em tribunal, serão decididos monocraticamente pelo órgão prolator de decisão embargada.

QUESTÃO 17

A respeito da apelação e considerando-se o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** A eficácia de sentença que decreta a interdição não poderá ser suspensa pelo relator da apelação, mesmo se o apelante demonstrar a probabilidade de provimento do recurso.
- B** O valor das *astreintes* não poderá ser reduzido de ofício, pela segunda instância, quando a questão for suscitada em recurso de apelação não conhecido.
- C** Concedida à antecipação dos efeitos da tutela em recurso adesivo, será admitida a desistência do recurso de apelação principal, caso a petição de desistência tenha sido apresentada antes do julgamento dos recursos.
- D** Em caso de condenação ao pagamento de alimentos, o efeito suspensivo da apelação é dispensável, pois a sentença não começa a produzir efeitos imediatamente após sua publicação.
- E** Em razão da preclusão operada, novas questões de fato não poderão ser suscitadas em sede de apelação, mesmo se a parte comprovar que deixou de provocá-las por força maior.

QUESTÃO 18

No que se refere à jurisdição civil nacional, assinale a opção correta.

- Ⓐ Pode ser de caráter administrativo ou judicial.
- Ⓑ A desconstituição de uma sentença transitada em julgado por meio de ação rescisória é um exemplo de exercício dessa jurisdição.
- Ⓒ Em decorrência do princípio da inevitabilidade, essa jurisdição não alcança a todos os indivíduos.
- Ⓓ O exercício dessa jurisdição inclui a expedição de cartas rogatórias, responsáveis por determinar que os órgãos jurisdicionais brasileiros cumpram atos processuais.
- Ⓔ Trata-se de direito inerente e exclusivo dos cidadãos brasileiros.

QUESTÃO 19

Em uma petição inicial em processo de conhecimento, o autor requereu que sua ação fosse julgada totalmente procedente, para que fosse reconhecida a impenhorabilidade do seu salário. Requereu, ainda, a condenação do réu ao pagamento de honorários sucumbenciais, nos termos da lei.

Nessa situação hipotética, quanto aos pedidos formulados pelo autor da ação, assinale a opção correta.

- Ⓐ Os pedidos são próprios de uma ação de execução de sentença.
- Ⓑ Os pedidos são, respectivamente, declaratório e condenatório.
- Ⓒ O pedido imediato é uma obrigação de fazer.
- Ⓓ O pedido mediato não é um bem da vida.
- Ⓔ O pedido imediato é uma obrigação de não fazer.

QUESTÃO 20

Ana Lúcia, brasileira, solteira, ocupante e usufrutuária de um único imóvel residencial, sem nenhum outro bem, adquiriu dívida, decorrente de um cheque não quitado, junto a uma empresa de cosméticos. Esta ajuizou execução judicial do título de crédito e, ciente de que o imóvel tinha usufruto, pediu a penhora deste.

No entanto, a nua propriedade do imóvel de Ana Lúcia, antes do ajuizamento da execução, havia sido doada a sua filha, Patrícia, com a devida reserva do usufruto vitalício a Ana Lúcia. Na escritura de doação, que também foi registrada antes da propositura da execução, foram previstas cláusulas de inalienabilidade, impenhorabilidade, incomunicabilidade e reversão do imóvel.

Nessa situação hipotética,

- Ⓐ o usufruto deverá ser considerado impenhorável, pois o bem foi declarado inalienável.
- Ⓑ caso Patrícia seja proprietária de outro imóvel residencial, a nua propriedade do imóvel ocupado por Ana Lúcia poderá ser penhorada.
- Ⓒ a nua propriedade do imóvel não poderá ser penhorada, mesmo se a alienação for anulada em ação autônoma de fraude contra credores.
- Ⓓ a nua propriedade do imóvel poderá ser penhorada, já que houve fraude na execução.
- Ⓔ o usufruto poderá ser penhorado, pois configura direito sobre o imóvel, mas não sobre a propriedade do imóvel em si.

QUESTÃO 21

Por determinação legal, o juiz não pode proferir decisão de teor diverso daquele do pedido feito pelo autor, tampouco condenar em quantidade superior ou em objeto diverso do que lhe foi demandado. A partir desse entendimento, assinale a opção correta.

- Ⓐ É lícito ao juiz proferir sentença condicional.
- Ⓑ A sentença *extra petita* é aquela em que há majoração ilícita de algo requerido na inicial.
- Ⓒ A sentença *ultra petita* é aquela em que é conferido direito não requerido na inicial.
- Ⓓ Sentença fundamentada em razões diversas daquelas presentes no recurso não é considerada *extra petita*.
- Ⓔ Se o pedido de correção monetária não for formulado pelo autor, o juiz não poderá se pronunciar sobre a questão.

QUESTÃO 22

Fato modificativo que surja após a propositura de uma ação, influenciando diretamente o julgamento do mérito,

- Ⓐ não permitirá a rediscussão das condições da ação, caso seja verificado no âmbito das ações civis públicas.
- Ⓑ não precisa, para que influencie o julgamento da lide, se referir ao mesmo fato jurídico que constitui o objeto da demanda.
- Ⓒ será considerado como questão nova, caso implique inclusão de novo fundamento de direito não presente anteriormente.
- Ⓓ deverá, para que seja considerado, ser passível de comprovação antes da propositura da ação, ainda que desconhecido quando do ajuizamento.
- Ⓔ caso constatado de ofício, obrigará o juiz a instaurar o contraditório para ouvir as partes antes de proferir decisão sobre ele.

QUESTÃO 23

No que tange à classificação dos delitos,

- Ⓐ os crimes de mão própria possuem uma prévia limitação, de natureza normativa, quanto à possibilidade de autoria de indivíduos não contemplados pelo tipo penal.
- Ⓑ o crime de favorecimento à prostituição é classificado como crime instantâneo de habitualidade preexistente.
- Ⓒ o agente responderá, no tipo misto alternativo, por todos os crimes que sua conduta alcançar, atingindo mais de um núcleo enunciado na norma.
- Ⓓ o crime de prevaricação é classificado como delito especial próprio e, quando praticado por agente estranho à administração pública, encontra correlação com outra conduta tipificada em dispositivo penal diverso.
- Ⓔ a multiplicidade de condutas por parte do agente, uma vez que existe mais de um núcleo, torna-se obrigatória no tipo misto cumulativo, para que o delito seja consumado.

QUESTÃO 24

A codelinquência será configurada quando houver

- Ⓐ reconhecimento da prática da mesma infração por todos os agentes.
- Ⓑ ajuste prévio, na fase preparatória do crime, entre todos os agentes em concurso.
- Ⓒ concurso necessário, nas infrações penais, de agentes capazes.
- Ⓓ exteriorização da vontade de fazer parte da conduta e consciência da ação de outrem.
- Ⓔ prática dos mesmos atos executivos por todos os agentes.

QUESTÃO 25

No caso de pluralidade delitiva, deve-se adotar, na determinação da pena,

- A** o sistema de cúmulo jurídico, somando-se as penas aplicadas a cada um dos crimes.
- B** o sistema da exasperação, quando se tratar de casos de concurso formal imperfeito.
- C** o sistema da exasperação, quando se tratar de concurso material heterogêneo, para evitar que a pena ultrapasse o limite legal de cumprimento.
- D** o sistema da exasperação, que considera tão somente o número de crimes consumados para definição da pena.
- E** o sistema do cúmulo material, quando se tratar de pena pecuniária, independentemente das demais sanções aplicadas, ressalvado o crime continuado.

QUESTÃO 26

São efeitos da reincidência

- I o aumento do prazo da prescrição executória.
- II o impedimento da concessão do livramento condicional em razão da prática de crime de qualquer natureza.
- III o impedimento do início de cumprimento da pena em regime aberto ou semiaberto para crimes de qualquer natureza.
- IV a interrupção do curso da prescrição.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e IV.
- C** II e III.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 27

A respeito das medidas de segurança e dos direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais, assinale a opção correta.

- A** São vedadas a internação compulsória psiquiátrica e a medida de segurança de internação em caráter cautelar, de modo a impedir o vínculo institucional antes da decisão final do processo.
- B** As internações psiquiátricas, em qualquer uma de suas modalidades, deve ter prazo determinado, e as medidas de segurança devem durar, no mínimo, de um a três anos.
- C** As medidas de segurança, em razão da natureza e da finalidade, não se submetem ao instituto da extinção de punibilidade.
- D** A internação compulsória somente pode ser determinada pelo juiz em instituições com características asilares, sendo vedada a inserção dessa modalidade de internação em hospitais de custódia e de tratamento psiquiátrico.
- E** As internações psiquiátricas, em qualquer uma de suas modalidades, somente serão permitidas se demonstrada a insuficiência dos recursos extra-hospitalares.

QUESTÃO 28

De acordo com a legislação vigente e o entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta, com relação ao crime de injúria.

- A** A ação penal no caso de injúria discriminatória é pública incondicionada, uma vez que o bem jurídico tutelado ultrapassa os limites subjetivos.
- B** A injúria racial é crime instantâneo, ao passo que a consumação ocorre no momento em que terceiros tomam conhecimento do teor da ofensa.
- C** A exceção da verdade é admitida apenas para alguns dos elementos tutelados pela norma penal e exclui a tipicidade quando a ofensa é irrogada em juízo, na discussão da causa, pela parte ou por seu procurador.
- D** A injúria racial é um delito inserido no panorama constitucional do crime de racismo, sendo considerado imprescritível, inafiançável e sujeito à pena de reclusão.
- E** No crime de injúria, admite-se a retratação desde que se faça antes da sentença, por escrito, de forma completa, abrangendo tudo o que o ofensor disse.

QUESTÃO 29

Considerando-se a legislação pertinente e o entendimento dos tribunais superiores sobre o tema, o crime de organização criminosa

- A** será assim tipificado somente se houver consumação de delitos antecedentes, sendo configurada tentativa quando não demonstrada a efetiva estabilidade do grupo.
- B** é de tipo penal misto alternativo, não admite a forma culposa e deve ser punido com a fixação da pena pelo sistema de acumulação material.
- C** poderá ser cometido por pessoa jurídica, a qual, nesse caso, conforme expresso em legislação específica, será diretamente responsabilizada pelo crime.
- D** será assim caracterizado apenas quando houver a participação de, pelo menos, quatro agentes maiores de idade.
- E** exige, para sua tipificação, por expressa previsão legal, que tenha sido obtida vantagem de natureza econômica de origem ilícita.

QUESTÃO 30

Considerando-se a legislação pertinente, bem como o entendimento dos tribunais superiores, no que tange aos crimes contra o meio ambiente,

- A** são aplicadas às pessoas jurídicas, isolada, cumulativa ou alternativamente, somente as penas de multa, as restritivas de direitos e a prestação de serviços à comunidade.
- B** a responsabilização penal da pessoa jurídica é condicionada à simultânea persecução penal da pessoa física responsável no âmbito da empresa.
- C** o dever de reparar dano decorrente da condenação penal não se submeterá a prescrição.
- D** trata-se de infrações penais instantâneas e de efeito permanente, pois sua consumação se protraí no tempo e provoca a violação contínua e duradoura do bem jurídico tutelado.
- E** quando praticados por pessoa jurídica, não será possível a suspensão condicional da pena, por expressa vedação legal.

QUESTÃO 31

Com base no entendimento dos tribunais superiores acerca dos crimes de trânsito, assinale a opção correta.

- A** Constitui crime de perigo abstrato trafegar em velocidade incompatível com a segurança próximo a escolas, hospitais e estações de embarque e desembarque de passageiros.
- B** O crime de embriaguez ao volante possui elemento objetivo do tipo de natureza exata, o que não permite a aplicação de critérios subjetivos de interpretação para sua configuração.
- C** Confiar a direção de veículo automotor a pessoa não habilitada ou em estado de embriaguez constitui delito que tem natureza de infração penal de perigo abstrato.
- D** Configura crime de perigo abstrato o ato de dirigir veículo automotor, em via pública, sem a devida permissão ou habilitação para dirigir ou após cassação do direito de dirigir.
- E** O crime de embriaguez ao volante, por ser delito mais grave, absorve a infração penal de dirigir veículo automotor em via pública sem permissão ou habilitação.

QUESTÃO 32

Com o intuito de assegurar sua proteção pessoal, Jonas adquiriu, de maneira informal, uma arma de fogo de uso permitido, com numeração raspada, e guardou-a no bar em que trabalha. Duas semanas depois, arrependido da aquisição, Jonas procurou a DP, com o objetivo de resolver, juridicamente, essa situação e escapar das sanções cabíveis previstas na legislação pertinente.

Nessa situação hipotética, considerando-se o entendimento dos tribunais superiores acerca do tema, o DP deverá orientar Jonas a

- A** retornar ao local da aquisição imediatamente e requerer que o vendedor entregue recibo da compra e comprovação da origem lícita da arma para que seja efetuado o seu registro.
- B** limpar suas digitais e descartar a arma imediatamente, uma vez que, de acordo com a lei, poderá ser preso em flagrante, a qualquer momento, no local de trabalho.
- C** procurar a delegacia da cidade e proceder à entrega espontânea da arma, visto que esse ato é causa permanente de exclusão de punibilidade.
- D** requerer a autorização para o porte da arma, por ser de uso permitido, e, posteriormente, apresentar a arma na delegacia de polícia para regularização definitiva.
- E** comparecer à delegacia, uma vez que a posse de arma de fogo, de per si, constitui crime, sendo inviável, nesse caso, a extinção da punibilidade, obtendo-se o benefício da confissão.

QUESTÃO 33

Com referência ao arrependimento posterior, assinale a opção correta.

- A** O arrependimento posterior é causa obrigatória de diminuição de pena, admitindo-se a reparação do dano ou a restituição da coisa até o trânsito em julgado da ação penal.
- B** O autor da infração, ao arrepender-se, deverá, para que sua pena seja reduzida, reparar voluntariamente danos ou restituir a coisa subtraída, até o recebimento da queixa ou da denúncia.
- C** O arrependimento posterior incide exclusivamente nos crimes contra o patrimônio e impõe a restituição espontânea e integral da coisa até o recebimento da denúncia ou da queixa.
- D** Intervenção de terceiros na reparação do dano ou na restituição da coisa, desde que ocorra antes do julgamento, não afastará o reconhecimento de arrependimento posterior.
- E** Para que sua pena seja reduzida, o agente deverá, espontaneamente, logo após a consumação do crime, minorar as consequências dele e, até a data do julgamento, reparar danos.

QUESTÃO 34

No tocante ao ECA, com base no entendimento dos tribunais superiores, assinale a opção correta.

- A** A participação de menores de idade em qualquer conduta criminosa é suficiente para autorizar a condenação, pela prática do crime de corrupção de menores de idade, dos agentes capazes envolvidos no mesmo ato.
- B** Admite-se cumular a remissão concedida pelo parquet na fase pré-processual, como forma de exclusão do processo, com a aplicação de medida socioeducativa de liberdade assistida.
- C** A medida de internação aplicada aos casos de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência à pessoa depende da prática de, pelo menos, três infrações graves.
- D** Na apuração de ato infracional cometido por adolescente, caso seja imposta medida socioeducativa, o juiz deverá observar as circunstâncias atenuantes e agravantes previstas no CP.
- E** Não é admitido, na apuração de ato infracional equiparado a crime contra o patrimônio, o benefício da escusa absolutória prevista no CP.

QUESTÃO 35

Julgue os itens a seguir, relativos à audiência de custódia.

- I Segundo entendimento majoritário do STJ, a não realização de audiência de custódia não enseja a nulidade da prisão preventiva em que posteriormente seja convertida a custódia, se forem observadas as demais garantias processuais e constitucionais.
- II As audiências de custódia são uma garantia de preservação pessoal assumida pelo Brasil em compromissos internacionais, como a Convenção Interamericana de Direitos Humanos.
- III Segundo entendimento do STF, a realização de audiência de apresentação é de observância obrigatória, mas a sua não realização é vício que pode ser suprido pela conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva.
- IV As audiências de custódia tornam viável ao magistrado a constatação direta das condições físicas do preso e das circunstâncias de sua prisão.

Estão certos apenas os itens

- A** I e III.
- B** II e IV.
- C** III e IV.
- D** I, II e III.
- E** I, II e IV.

QUESTÃO 36

Considerando a Lei n.º 12.850/2013 e a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto, assinale a opção correta acerca da delação premiada.

- A** É lícita a inclusão, no acordo de colaboração premiada, de cláusulas concernentes a medidas cautelares de cunho pessoal.
- B** Nos atos de colaboração premiada, para que seja concedido benefício ao réu colaborador, são exigidas a voluntariedade, a espontaneidade e a efetividade da colaboração.
- C** A realização de acordo de colaboração premiada possibilita o benefício da revogação da prisão preventiva do colaborador.
- D** Os elementos oferecidos pelo colaborador constituem, de imediato, provas para valoração.
- E** O perdão judicial, como causa de extinção da punibilidade, condiciona-se à efetividade da colaboração, por ser requisito legal cumulativo ao da voluntariedade.

QUESTÃO 37

A respeito da ação civil *ex delicto*, assinale a opção correta.

- A** Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória pela prática de homicídio culposo, aos familiares da vítima é permitido questionar, na esfera cível, a respeito da existência do fato ou da sua autoria.
- B** O dever de indenizar no âmbito cível pode resultar de culpa grave ou leve, mas não de culpa levíssima.
- C** É permitido ao réu fazer prova de ter havido concorrência culposa da vítima, o que viabiliza o arbitramento equitativo da indenização de reparação por danos morais.
- D** O prazo prescricional para o ajuizamento de ação de reparação civil deduzida contra o autor de homicídio inicia-se a partir do dia do acidente de trânsito.
- E** A aferição do grau de culpabilidade do autor do delito é medida irrelevante no momento de dimensionar a extensão da indenização de reparação aos familiares da vítima.

QUESTÃO 38

Conforme o entendimento do STJ, a prisão preventiva

- A** não pode ser decretada, se presentes condições pessoais favoráveis do agente, como primariedade, domicílio certo e emprego lícito, mesmo quando identificados os requisitos legais da cautela.
- B** não pode ser decretada ou mantida na sentença condenatória, caso o réu seja condenado a pena que deva ser cumprida em regime inicial diverso do fechado.
- C** pode ser utilizada como instrumento de punição antecipada do réu, ainda que seja uma medida de natureza cautelar.
- D** é um instituto que fere o princípio constitucional da presunção de inocência, pois permite que o Estado trate como culpado aquele que não sofreu condenação penal transitada em julgado.
- E** não pode ser decretada com base em atos infracionais graves cometidos durante a menoridade do acusado, visto que a manutenção da custódia constituiria constrangimento ilegal.

QUESTÃO 39

Acerca da quebra de sigilo telefônico, bancário e fiscal, assinale a opção correta à luz do entendimento dos tribunais superiores.

- A** É imprescindível a prévia instauração de inquérito policial para que seja autorizada a medida cautelar de interceptação telefônica.
- B** A quebra do sigilo de comunicações telefônicas não poderá exceder o prazo de quinze dias, renovável por igual tempo, sendo vedadas sucessivas prorrogações.
- C** A atuação da Receita Federal no exercício de suas atribuições configura quebra de sigilo fiscal, razão pela qual ela necessita de autorização judicial para tal exercício.
- D** Ainda que as condutas imputadas ao investigado não guardem relação direta com aquelas que originaram a quebra do sigilo bancário, mostra-se legítima a utilização da referida medida cautelar preparatória, se, por meio dela, se tiver descoberto fortuitamente a prática de outros delitos.
- E** É necessária a degravação da íntegra dos diálogos objeto de interceptação telefônica, visto que é insuficiente a transcrição exclusiva dos trechos que digam respeito ao investigado.

QUESTÃO 40

De acordo com o entendimento do STF sobre os meios de prova e seu acesso pela DP,

- A** o direito ao acesso amplo aos elementos de prova engloba a possibilidade de obtenção de cópias, por quaisquer meios, de todos os elementos de prova já documentados, inclusive mídias que contenham gravação de depoimentos em formato audiovisual.
- B** é permitida a obtenção de informações concernentes à realização das diligências investigatórias pendentes, até mesmo as que se refiram a terceiros envolvidos.
- C** é obrigatória a disponibilização ao DP de cópia de tudo que tiver sido registrado, no curso do processo, em audiências realizadas, o que inclui a degravação feita por meio audiovisual.
- D** o direito ao amplo acesso aos elementos de prova pelo DP alcança procedimentos de natureza cível ou administrativa.
- E** o DP pode ter acesso às diligências que estejam em andamento e ainda não tenham sido documentadas.

QUESTÃO 41

De acordo com a doutrina e o entendimento jurisprudencial dominantes, no processo penal, constitui causa de nulidade relativa

- A** a decisão proferida por juiz incompetente em razão do lugar.
- B** a ausência de fundamentação no despacho que receba a acusação nos procedimentos que preveem defesa preliminar.
- C** o exercício da jurisdição pelo juiz que tiver funcionado no mesmo processo em outra instância.
- D** a decisão proferida por juiz incompetente em razão da matéria.
- E** o oferecimento de denúncia pelo MP em crime de ação penal privada.

QUESTÃO 42

Após a tempestiva interposição pelo réu de recurso de apelação, por termo nos autos, contra sentença condenatória por crime de estelionato, procedeu-se ao oferecimento das razões do recurso fora do prazo estipulado no CPP.

Em decorrência do ocorrido nessa situação hipotética, a atitude a ser tomada será

- A** o não conhecimento, por deserção, da apelação pelo tribunal.
- B** o não conhecimento da apelação pelo tribunal em razão da extemporaneidade.
- C** o conhecimento da apelação pelo tribunal, pois a apresentação extemporânea das razões constitui mera irregularidade.
- D** o conhecimento da apelação pelo tribunal, bem como a abertura de prazo em dobro para o oferecimento de contrarrazões.
- E** o não recebimento da apelação pelo juízo de admissibilidade.

QUESTÃO 43

É cabível *habeas corpus*

- A** contra decisão que condene, unicamente, a pena pecuniária.
- B** contra decisão que tenha indeferido liminar em outro *habeas corpus*.
- C** caso se busque o reconhecimento da decadência.
- D** quando já extinta a pena privativa de liberdade.
- E** contra decisão ofensiva à legislação federal nos fundamentos da condenação criminal com pena privativa de liberdade.

QUESTÃO 44

De acordo com a Lei Orgânica Nacional da Defensoria Pública e as demais legislações pertinentes, constitui prerrogativa dos DP

- A a manifestação nos processos apenas por meio de petição.
- B a representação processual imediatamente após a apresentação de mandato.
- C a contagem em dobro dos prazos processuais, incluídos os ritos procedimentais dos juizados especiais.
- D comunicar-se, pessoal e reservadamente, com seus assistidos, salvo quando estes se acharem presos sob cláusula de incomunicabilidade.
- E a intimação pessoal, ainda que o DP esteja presente na audiência que tenha ensejado o ato.

QUESTÃO 45

De acordo com a Lei n.º 9.099/1995 e com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes, a proposta de transação penal

- A configura hipótese de retratação da ação penal já oferecida.
- B é cabível nos crimes de ação penal privada, caso não haja prévia composição dos danos cíveis.
- C deve ser ofertada, de ofício, pelo juiz ao autor do crime quando não tiver sido apresentada pelo MP.
- D depende do consentimento prévio do ofendido ou de quem o represente na ação penal pública condicionada à representação.
- E prescinde da presença de DP para a aceitação pelo autor do fato.

QUESTÃO 46

No que se refere ao procedimento relativo aos processos da competência do tribunal do júri, assinale a opção correta, de acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominantes.

- A Além do réu, a intimação da pronúncia deverá ser feita pessoalmente ao DP constituído.
- B A decisão de impronúncia, uma vez transitada em julgado, impede o reingresso de ação penal pelo mesmo fato contra o réu.
- C Assim como no rito comum, é possível a absolvição sumária do autor do fato antes da fase instrutória.
- D A decisão de pronúncia se sujeita à preclusão, não comportando posterior retificação em seu conteúdo por circunstância superveniente.
- E No decorrer dos debates em plenário, é vedado às partes, acusação e defesa, fazer referências aos jurados quanto à decisão de pronúncia.

QUESTÃO 47

A mutação constitucional

- A é fenômeno reconhecido apenas pela doutrina, uma vez que o STF evita aplicá-la.
- B ocorre em razão da natureza monossêmica do texto constitucional.
- C acarreta a alteração da configuração verbal do texto constitucional.
- D decorre da técnica de declaração de nulidade de dispositivos legais pelo controle concentrado.
- E é justificada pelas modificações na realidade fática e na percepção do direito.

QUESTÃO 48

O controle abstrato de constitucionalidade de determinado dispositivo da lei orgânica de Rio Branco em face da CF deverá ser provocado pela

- A propositura de ADI junto ao TJ/AC.
- B interposição de recurso extraordinário para julgamento pelo STF.
- C impetração de mandado de segurança para julgamento pelo TJ/AC.
- D propositura de ADPF junto ao STF.
- E propositura de ADI junto ao STF.

QUESTÃO 49

É concorrente da União e do estado do Acre a competência para legislar sobre

- A propaganda comercial local.
- B desapropriação de área compreendida no território estadual.
- C organização da DP do estado.
- D trânsito e transporte, nos limites do estado.
- E serviço postal estadual.

QUESTÃO 50

Com base na CF, na Constituição Estadual do Acre e na jurisprudência do STF sobre a DP, julgue os itens a seguir.

- I As DP estaduais têm a prerrogativa de formular sua própria proposta orçamentária.
- II Em razão da incompatibilidade do exercício do cargo de DP com a prática da advocacia privada, não se exige do candidato à inscrição na OAB.
- III A DP tem legitimidade para ajuizar ação civil pública que vise à proteção de direitos difusos e coletivos de pessoas necessitadas.
- IV Dado o caráter essencial das funções exercidas pela DP, é possível, em situação excepcional, a contratação temporária de advogado para exercer atribuições de DP.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 51

À luz da CF, do entendimento consolidado pelo STF e pela doutrina pertinente, a intervenção federal será decretada quando

- A houver ameaça de perturbação da ordem pública.
- B o estado-membro, em qualquer hipótese, desrespeitar lei federal.
- C o estado-membro, ainda que não intencionalmente, deixar de pagar precatórios expedidos contra a fazenda pública.
- D o estado-membro, sem motivo de força maior, deixar de pagar sua dívida fundada por mais de dois anos consecutivos.
- E ocorrer invasão estrangeira, desde que o estado-membro invadido tenha sido conivente com o ato.

QUESTÃO 52

Assinale a opção que, segundo o entendimento do STF, representa respeito à independência dos Três Poderes.

- A Proibição, por lei municipal, de cobrança de tarifa de assinatura básica no que concerne aos serviços de água e gás.
- B Decisão judicial que se imiscui nos critérios utilizados na convocação de sessão extraordinária em câmara de vereadores.
- C Criação, por constituição estadual, de órgão de controle administrativo do Poder Judiciário do qual participem representantes de outros poderes ou entidades.
- D Imposição pelo Poder Judiciário à administração pública de obrigação de fazer, visando à execução de obras emergenciais em estabelecimentos prisionais.
- E Criação de lei estadual que confere à Assembleia Legislativa a atribuição de demitir dirigentes de agência reguladora.

QUESTÃO 53

Com base nas disposições constitucionais e na jurisprudência do STF, julgue os itens a seguir, a respeito de concursos públicos.

- I Existindo previsão em edital, as provas de títulos poderão ter natureza eliminatória ou classificatória.
- II Candidato condenado em ação penal, ainda que não transitada em julgado, poderá ser excluído do certame na fase de investigação social.
- III O exame psicotécnico deverá ser previsto em lei e basear-se em critérios objetivos de reconhecido caráter científico.
- IV Editais de concurso público não podem estabelecer restrição a pessoas com tatuagem, salvo em razão de conteúdo que afronte valores constitucionais.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 54

Em matéria tributária, é facultado à lei ordinária

- A alterar a base de cálculo de tributos.
- B majorar a alíquota de impostos, desde que observados os limites legais.
- C definir tratamento favorecido para as microempresas.
- D instituir empréstimos compulsórios, desde que observados os requisitos constitucionais.
- E dispor sobre conflito de competência entre os entes tributantes.

QUESTÃO 55

Segundo a CF, o Estado proverá a educação mediante, entre outras, a oferta de

- A atendimento educacional especializado a pessoas com deficiência, preferencialmente em rede especial de ensino.
- B educação básica obrigatória e gratuita dos quatro anos de idade aos dezessete anos de idade, sendo facultativa a oferta gratuita àqueles que a ela não tenham tido acesso na idade adequada.
- C ensino fundamental ministrado no idioma vernáculo, sendo assegurada às comunidades indígenas a utilização de suas línguas maternas.
- D ensino religioso, de matrícula facultativa, fora do horário regular das escolas públicas de ensino fundamental.
- E pós-graduação *lato sensu* gratuita nas universidades públicas.

QUESTÃO 56

O Conselho de Defesa Nacional

- A tem como atribuição opinar sobre questões relevantes quanto à estabilidade das instituições democráticas.
- B é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria no Senado Federal.
- C é composto, entre outros membros, pelos líderes da maioria e da minoria na Câmara dos Deputados.
- D é órgão superior de consulta do presidente da República e do Ministério da Defesa.
- E é órgão de consulta para assuntos relacionados à soberania nacional.

QUESTÃO 57

Acerca do ato administrativo de concessão de aposentadoria, assinale a opção correta de acordo com o entendimento do STF.

- A Em nome da segurança jurídica, a não observância do prazo de cinco anos para o exame de legalidade do ato inicial concessivo de aposentadoria resulta na convalidação de eventual nulidade existente.
- B Trata-se de ato administrativo simples, cujos efeitos se produzem a partir da sua concessão pelo órgão de origem do servidor, sujeitando-se a controle *a posteriori* pelo tribunal de contas competente.
- C Trata-se de ato administrativo complexo, que somente se aperfeiçoa com o exame de sua legalidade e consequente registro no tribunal de contas competente.
- D O exame de legalidade da concessão de aposentadoria, por ser este um ato administrativo concessivo de direitos ao destinatário, submete-se ao prazo decadencial de cinco anos, contado a partir da sua concessão, salvo comprovada má-fé.
- E Em razão do devido processo legal, o exame de legalidade e registro do referido ato junto ao tribunal de contas necessita, impreterivelmente, da observância do contraditório e da ampla defesa do servidor público interessado.

QUESTÃO 58

A estrutura hierárquica da administração pública permite a

- A delegação da competência para aplicação de sanções em sede de poder de polícia administrativa à pessoa jurídica de direito privado.
- B revisão por agente de nível hierárquico superior de ato administrativo ou processo administrativo que contiver vício de legalidade.
- C delegação de órgão superior a órgão inferior da atribuição para a edição de atos administrativos de caráter normativo.
- D delegação a órgão diverso da competência para a decisão de recurso administrativo.
- E avocação por órgão superior, em caráter ordinário e por tempo indeterminado, de competência atribuída a órgão hierarquicamente inferior.

QUESTÃO 59

Após prévia notificação pela empresa concessionária do serviço de fornecimento de energia elétrica, foi suspenso o fornecimento de luz na residência de Pedro, em consequência do não pagamento dos débitos contraídos pelo usuário anterior do imóvel.

Com relação à situação hipotética apresentada, é correto afirmar, com fundamento na jurisprudência do STJ, que a empresa prestadora do serviço público procedeu

- A** corretamente, pois o corte no fornecimento de serviço público essencial respeitou a necessidade de prévia notificação de Pedro.
- B** corretamente, pois os débitos têm natureza *propter rem*, sendo de responsabilidade de Pedro quando passou a ser usuário do imóvel.
- C** incorretamente, pois, como os referidos débitos têm natureza pessoal, não poderia Pedro ser responsabilizado pela dívida contraída pelo usuário anterior do imóvel.
- D** incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço essencial, não é permitido o corte desse serviço por motivo de não pagamento.
- E** incorretamente, pois, por ser o fornecimento de energia elétrica serviço público essencial, o corte desse fornecimento somente poderia decorrer de determinação judicial.

QUESTÃO 60

Acerca dos serviços sociais autônomos, julgue os itens a seguir.

- I As entidades de cooperação governamental, às quais são destinados recursos oriundos de contribuições parafiscais, têm por finalidade desenvolver atividade social que represente a prestação de serviço de utilidade pública em benefício de certos grupamentos sociais ou profissionais.
- II As entidades de cooperação governamental não integram a estrutura da administração pública indireta, e, dada a natureza jurídica de direito privado que ostentam, não se submetem ao controle do tribunal de contas.
- III Conforme entendimento do STF, as entidades de serviços sociais autônomos integrantes do sistema “S” não se submetem à exigência do concurso público para a contratação de pessoal.
- IV As entidades de serviços sociais autônomos submetem-se a licitações para a realização de contratações, em cumprimento aos estritos termos da Lei n.º 8.666/1993.

Estão certos apenas os itens

- A** I e II.
- B** I e III.
- C** II e IV.
- D** I, III e IV.
- E** II, III e IV.

QUESTÃO 61

A respeito do princípio da supremacia do interesse público no que tange a contratos administrativos, constitui prerrogativa da administração pública

- A** fiscalizar a execução do contrato e impor sanções motivadas, desde que previstas no instrumento contratual, pela inexecução total ou parcial do ajuste.
- B** obrigar o contratado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo que se fizer em obras, serviços ou compras, até 50% do valor inicial atualizado do contrato.
- C** exigir o cumprimento do contrato administrativo pelos preços inicialmente contratados, ainda que posterior criação ou aumento de tributos venha a repercutir no equilíbrio econômico-financeiro do pactuado.
- D** modificar, unilateralmente, por imposição de circunstâncias supervenientes, a forma de pagamento ou a garantia de execução contratual.
- E** rescindir, unilateralmente, o contrato, por razões de interesse público de alta relevância e amplo conhecimento, hipótese na qual será o contratado reparado de prejuízos regularmente comprovados.

QUESTÃO 62

É hipótese de inexigibilidade de licitação

- A** a contratação de profissional do setor artístico, consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública, diretamente ou mediante empresário exclusivo.
- B** a venda direta de imóveis residenciais construídos, destinados ou efetivamente utilizados no âmbito de programas habitacionais ou de regularização fundiária de interesse social desenvolvidos por entidade da administração pública.
- C** a contratação, para obras e serviços de engenharia, de valor até 10% da importância limitadora da modalidade licitatória convite.
- D** a contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações formadas por pessoas de baixa renda.
- E** o não atendimento, por parte de interessados, à licitação anterior, quando o procedimento não puder ser repetido sem prejuízo da administração pública.

QUESTÃO 63

Em razão da prática de infração disciplinar tipificada como crime, foi instaurado procedimento administrativo disciplinar em desfavor de determinado servidor público, o qual já responde à ação penal relacionada aos mesmos fatos.

Acerca dessa situação hipotética, assinale a opção correta, de acordo com a jurisprudência dos tribunais superiores sobre o assunto.

- Ⓐ A independência das esferas administrativa e criminal não permite que a efetivação de penalidade de demissão imposta em sede administrativa ocorra anteriormente ao trânsito em julgado da ação penal.
- Ⓑ É aceita a utilização de prova emprestada no procedimento administrativo disciplinar em curso, desde que autorizada pelo juiz criminal e respeitados o contraditório e a ampla defesa.
- Ⓒ A absolvição criminal fundada na inocorrência de crime impede a imposição de penalidade em sede do procedimento administrativo disciplinar.
- Ⓓ A condenação criminal impõe a aplicação da penalidade administrativa em sede de procedimento disciplinar, independentemente da regularidade do procedimento administrativo instaurado.
- Ⓔ A fim de serem evitadas decisões contraditórias nas instâncias administrativa e penal, impõe-se o sobrestamento do procedimento administrativo disciplinar até o julgamento final da ação penal em tramitação.

QUESTÃO 64

Com referência à disciplina constitucional dos bens públicos, assinale a opção correta.

- Ⓐ As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são exemplos de bens de uso especial e pertencem aos estados.
- Ⓑ As terras devolutas, não se encontrando afetadas a nenhuma finalidade pública específica, são bens públicos dominiais.
- Ⓒ Salvo a hipótese de usucapião especial para fins de moradia prevista na CF, não é permitido usucapião de bens públicos.
- Ⓓ A utilização dos bens de uso comum do povo, os quais são destinados à utilização geral pelos indivíduos, não pode sofrer restrições por ato do poder público.
- Ⓔ Os bens de uso especial são aqueles que, por ato formal da administração pública, são destinados à execução dos serviços administrativos e serviços públicos em geral.

QUESTÃO 65

Para preservar área de proteção ambiental permanente, uma lei municipal determinou recuo obrigatório de construção em propriedades situadas em localidade de certo município.

Nessa situação hipotética, ocorre restrição ao direito de propriedade denominada

- Ⓐ servidão administrativa.
- Ⓑ tombamento.
- Ⓒ apossamento administrativo.
- Ⓓ desapropriação por utilidade pública.
- Ⓔ limitação administrativa.

QUESTÃO 66

Após falecimento de Pedro, vítima de atropelamento em linha férrea, seus herdeiros compareceram à DP para que fosse ajuizada ação indenizatória por danos morais contra a empresa concessionária responsável pela ferrovia onde havia acontecido o acidente, localizada em área urbana. Na ocasião, seus parentes informaram que, apesar de Pedro ter atravessado a ferrovia em local inadequado, inexistia cerca na linha férrea ou sinalização adequada.

Com base nessa situação hipotética e no entendimento dos tribunais superiores acerca da responsabilidade civil do Estado, assinale a opção correta.

- Ⓐ O poder público concedente tem responsabilidade solidária para reparar os danos decorrentes do acidente, devendo vir a figurar no polo passivo da ação indenizatória.
- Ⓑ A responsabilização do agente responsável pela falha ao deixar de cercar ou sinalizar o local do acidente exigirá a denunciação da lide nos autos da ação indenizatória.
- Ⓒ A responsabilização civil da empresa concessionária independe da demonstração da falha na prestação do serviço pela empresa, ante o risco inerente à atividade econômica desenvolvida.
- Ⓓ A conduta de Pedro, que atravessou a ferrovia em local inadequado, afastará a responsabilização civil da empresa concessionária, ainda que fique demonstrada a falha no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente.
- Ⓔ A demonstração da omissão no isolamento por cerca ou na sinalização do local do acidente acarretará a responsabilização civil da empresa concessionária, embora possa haver redução da indenização dada a conduta imprudente de Pedro.

Texto 1A8AAA

Em determinado dia — dia X —, foi registrado flagrante relativo ao cometimento de condutas tidas por criminosas por: André, com dez anos de idade, Bruna, com treze anos de idade, Carla, com dezessete anos de idade, e Diego, com dezoito anos de idade completados no referido dia.

QUESTÃO 67

Na situação hipotética descrita no texto 1A8AAA, conforme as disposições do ECA e da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, no dia X,

- Ⓐ poderiam ser aplicadas a Bruna, Carla e Diego medidas socioeducativas previstas no ECA, desde que presentes os requisitos legais.
- Ⓑ Bruna e Carla seriam consideradas adolescentes à luz do ECA, ainda que, para a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, todos os indivíduos referidos fossem considerados crianças.
- Ⓒ Bruna, Carla e Diego não seriam considerados crianças à luz do ECA, ao passo que, conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, André, Bruna e Carla seriam considerados como tal.
- Ⓓ os quatro indivíduos referidos seriam considerados crianças, e a eles poderiam ser aplicadas medidas socioeducativas previstas no ECA.
- Ⓔ Bruna e Carla seriam consideradas adolescentes, porém, mesmo se presentes os requisitos legais, a elas não poderiam ser aplicadas medidas de proteção previstas no ECA.

QUESTÃO 68

Considerando as informações apresentadas no texto 1A8AAA, assinale a opção correta.

- A** André e Bruna têm direito à proteção especial constitucional, mas Bruna pode trabalhar na condição de aprendiz.
- B** André, Bruna e Carla podem ser submetidos a procedimento de apuração de ato infracional.
- C** O princípio da excepcionalidade deverá ser observado caso seja aplicada medida privativa da liberdade a Bruna e a Carla.
- D** No atendimento aos direitos de André, Bruna e Carla, as ações governamentais devem basear-se na diretriz de participação direta da população no controle das ações.
- E** A todos os indivíduos em questão é proibido, por força constitucional, o trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

QUESTÃO 69

João, aos dezessete anos de idade, foi apreendido em flagrante de ato infracional descrito como crime de homicídio, razão pela qual lhe foi aplicada medida de internação provisória e, depois, medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional. Ambas as medidas devem ser reavaliadas, no máximo, a cada seis meses.

Nessa situação hipotética,

- A** a internação, antes da sentença, pode ser determinada pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias, contados a partir da data da decisão judicial e, no caso de liberação e posterior renovação da internação provisória, será iniciada nova contagem por igual período.
- B** a realização da entrevista pessoal feita pela defesa técnica com o socioeducando para o exercício das suas garantias individuais e processuais será assegurada apenas durante o processo de execução das medidas socioeducativas privativas de liberdade.
- C** para a reavaliação da medida aplicada, a autoridade judiciária poderá designar audiência, sendo a gravidade do ato infracional fator que isoladamente justifica a não substituição da medida por outra menos grave.
- D** o prazo para a reavaliação das medidas aplicadas deve ser contado a partir da data da apreensão de João, podendo a reavaliação ser processada logo após o recebimento do relatório enviado pela unidade de internação, independentemente do escoamento do prazo.
- E** a autoridade judiciária não poderá determinar reinício de cumprimento de medida socioeducativa, mesmo na hipótese de a medida ter sido aplicada por ato infracional praticado durante a execução.

QUESTÃO 70

Durante inspeção da entidade de execução de medida socioeducativa de internação em estabelecimento educacional, foi apurado que a instituição inspecionada não propicia escolarização e profissionalização.

Nessa situação hipotética, a instituição poderá ser penalizada com

- A** afastamento provisório de seus dirigentes, apenas no caso de entidade não governamental.
- B** suspensão total ou parcial do repasse de verbas públicas, no caso de entidade governamental.
- C** afastamento definitivo de seus dirigentes, no caso de entidade não governamental.
- D** fechamento da unidade ou interdição do programa, no caso de entidade governamental.
- E** advertência, apenas no caso de entidade não governamental.

QUESTÃO 71

Aos dezesseis anos de idade, Fernanda, que cursa o segundo ano do ensino médio, foi aprovada no vestibular de uma universidade pública.

Nessa situação hipotética, à luz da LDB, Fernanda poderá

- A** matricular-se em curso de jovens e adultos, na modalidade a distância, para fins de aceleração da conclusão do nível médio.
- B** ajuizar ação contra a universidade, mesmo sem autorização de seu representante legal, devido ao caráter de urgência, pois a garantia de sua matrícula depende de decisão judicial.
- C** matricular-se na universidade, desde que assuma o compromisso de cumprimento concomitante do ensino médio.
- D** avançar no curso de ensino médio por meio de verificação do aprendizado a ser promovida pela própria escola.
- E** receber seu certificado de conclusão de curso de ensino médio caso o dirigente da escola, utilizando seu poder discricionário, assim o determine.

QUESTÃO 72

Com o objetivo de implementar a política nacional do idoso, no que se refere à área de promoção e assistência social, cabe aos órgãos e entidades públicas, entre outras ações,

- A** garantir ao idoso acesso a eventos culturais mediante políticas de incentivo.
- B** promover seminários, simpósios e encontros voltados a essa área.
- C** garantir ao idoso atendimento médico pelo SUS.
- D** desenvolver programas para informar a população sobre o processo de envelhecimento.
- E** promover projetos que viabilizem a participação do idoso, sem discriminação, no mercado de trabalho.

QUESTÃO 73

Vera, com sessenta e oito anos de idade, aposentada e com renda mensal de dois salários mínimos, pretende viajar de ônibus de Rio Branco – AC para o Rio de Janeiro – RJ, usufruindo de seu direito à gratuidade da passagem, mas, chegando ao guichê para requerer sua passagem, foi informada de que as vagas gratuitas, na data e horário em que ela desejava embarcar, já estavam ocupadas.

Nessa situação hipotética, de acordo com a legislação, Vera

- A** poderá pleitear desconto do valor da passagem em um dos demais assentos do veículo no horário desejado, caso haja vagas.
- B** terá direito a desconto da passagem apenas no ônibus seguinte ao pretendido, se neste não houver vaga gratuita, desde que parta até vinte e quatro horas após o primeiro horário desejado.
- C** poderá comprar a passagem para o horário desejado e pleitear reembolso do valor pago, caso não haja vaga gratuita em ônibus que parta nas quarenta e oito horas seguintes.
- D** poderá pleitear a gratuidade da passagem no horário desejado, em vaga não reservada a idosos, caso ainda haja assentos vagos.
- E** terá direito à gratuidade da passagem, em vaga não reservada, no ônibus seguinte ao pretendido, caso também não haja para ele vagas gratuitas.

QUESTÃO 74

O local destinado à permanência diurna do idoso onde são desenvolvidas atividades físicas, laborativas, recreativas, culturais e associativas, bem como atividades de educação para a cidadania, é denominado, pela legislação pertinente,

- A Centro de Convivência.
- B Casa-Lar.
- C Oficina Abrigada.
- D Casa de Atendimento Assistencial.
- E Centro de Cuidados.

QUESTÃO 75

Com relação à política nacional do idoso e de acordo com a legislação pertinente, compete ao Conselho Municipal do Idoso, no âmbito político-administrativo,

- A promover as articulações necessárias à implementação dessa política.
- B emitir parecer acerca de proposta orçamentária referente a promoção e assistência social do idoso.
- C supervisionar, acompanhar, fiscalizar e avaliar essa política.
- D coordenar as ações relativas a essa política.
- E participar da formulação e avaliação de tal política.

QUESTÃO 76

Um idoso, que tem filhos maiores e capazes, vive em condições precárias, sem recursos para prover seus próprios alimentos.

Nessa situação hipotética,

- A se comprovado que os filhos não têm condições econômicas para prover alimentos, caberá à previdência social provê-los.
- B caso ocorra transação relativa a alimentos, esta poderá ser celebrada perante promotor público ou DP.
- C a obrigação alimentar ao idoso será solidária, cabendo ao filho com melhores condições econômicas ser o prestador.
- D a obrigação alimentar ao idoso será solidária, cabendo ao filho mais velho, se tiver condições econômicas, ser o prestador.
- E caso se determine que os filhos prestem alimentos, esse provimento se dará na forma especial prevista no Estatuto do Idoso.

QUESTÃO 77

De acordo com a legislação pertinente, o processo de seleção de indivíduos e famílias para o Programa Nacional de Reforma Agrária deve ser realizado por projeto de assentamento, sendo o primeiro na preferência, para a parcela na qual se situe a sede do imóvel, o

- A desapropriado.
- B posseiro.
- C trabalhador que atuava em condição análoga à de escravo.
- D arrendatário.
- E parceiro.

QUESTÃO 78

Julgue os itens a seguir, acerca dos serviços de saneamento básico.

- I Os serviços públicos de saneamento básico não incluem o acesso a recursos hídricos.
- II Ação de saneamento executada por usuário mediante recursos individuais, sem participação de terceiros na operação dos serviços, não constitui serviço público.
- III É vedada a cobrança de serviço de manejo de águas pluviais urbanas.
- IV Os parâmetros mínimos para a potabilidade da água devem ser definidos pelos estados da Federação.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E I, III e IV.

QUESTÃO 79

Os instrumentos da política de recursos hídricos do Acre incluem

- A os convênios de cooperação.
- B os relatórios de qualidade do meio ambiente.
- C a compensação a municípios.
- D a servidão ambiental.
- E os consórcios públicos.

QUESTÃO 80

Maria e João, casados, adquiriram dois imóveis e instituíram um deles como bem de família e, no outro, houve a concessão de direito real de uso. Dois anos após esses atos, eles se divorciaram, tendo, contudo, restabelecido a sociedade conjugal no ano seguinte. Após reatarem, o casal extinguiu a concessão de direito real de uso existente e constituiu servidão ambiental no mesmo imóvel.

Com relação a essa situação hipotética, é correto afirmar que, no registro de imóveis, deverá ter sido feito o registro em cartório do(a)

- A instituição do bem de família.
- B divórcio.
- C servidão ambiental.
- D extinção da concessão de direito real de uso.
- E restabelecimento da sociedade conjugal.

QUESTÃO 81

No ano de 2014, Antônio, comerciante, cometeu crime previsto no CDC, tendo ocorrido a transação penal, prevista na Lei n.º 9.099/1995. Entretanto, em 2016, Antônio, ao vender, em seu estabelecimento comercial, um produto para uma pessoa de cinquenta e nove anos de idade, omitiu uma informação relevante a respeito da natureza, característica, qualidade ou segurança desse produto.

Nessa situação hipotética, de acordo com o CDC, Antônio responderá por crime

- A cuja pena poderá ser agravada se o crime houver sido cometido contra servidor público.
- B e poderá ser punido com detenção, desde que verificado que ele agiu dolosamente.
- C e poderá ser punido com detenção, multa e(ou) prestação de serviços à comunidade.
- D cuja pena poderá ser agravada em razão da idade do comprador.
- E e, caso esteja em situação econômica adversa, poderá ser dispensado de pagamento de fiança.

QUESTÃO 82

Em uma relação de consumo, foi estabelecido que o pagamento deveria ser realizado de determinada maneira. No entanto, após certo tempo, o pagamento passou a ser feito, reiteradamente, de outro modo, sem que o credor se opusesse à mudança.

Nessa situação, considerando-se a boa-fé objetiva, para o credor ocorreu o que se denomina

- A *venire contra factum proprium*.
- B *tu quoque*.
- C *surrectio*.
- D *supressio*.
- E *exceptio doli*.

QUESTÃO 83

Julgue os itens a seguir, acerca de práticas comerciais nas relações de consumo.

- I As práticas abusivas vedadas ao fornecedor de produtos ou serviços são dispostas, no CDC, de modo exemplificativo.
- II É vedado ao comerciante enviar ao consumidor qualquer produto sem que haja prévia solicitação.
- III A cobrança de tarifa básica pelo uso dos serviços de telefonia fixa caracteriza venda casada, sendo considerada ilegítima.
- IV Conforme o CDC, rejeitar cheque como forma de pagamento pela compra de um produto é prática abusiva.

Estão certos apenas os itens

- A I e II.
- B I e III.
- C II e III.
- D II e IV.
- E III e IV.

QUESTÃO 84

Em 18/1/2017, uma entidade civil de consumidores celebrou, por escrito, com uma associação de fornecedores de certo produto, convenção coletiva de consumo, com o objetivo de estabelecer condições relativas ao preço, à garantia e à composição de conflitos de consumo, entre outros aspectos. O instrumento pactuado foi registrado no cartório de títulos e documentos em 19/1/2017. Em fevereiro de 2017, um fornecedor se desligou da associação de fornecedores.

Considerando-se essa situação hipotética, a convenção celebrada

- A tornou-se obrigatória a partir do dia 18/1/2017.
- B é nula no que se refere à composição de conflitos de consumo.
- C somente obrigará os filiados às entidades signatárias.
- D deixou de ser obrigatória ao fornecedor que se desligou.
- E é nula no que se refere à garantia de produto.

QUESTÃO 85

Se a DPE/AC propuser ação coletiva em defesa de interesses individuais homogêneos, a sentença que deverá ser proferida fará coisa julgada

- A *ultra partes*, se a ação for julgada improcedente por falta de provas, sendo vedada nova ação por outro legitimado.
- B *erga omnes*, se a ação for julgada improcedente por falta de provas, sendo vedada nova ação por outro legitimado.
- C *erga omnes*, somente se a ação for julgada procedente.
- D *erga omnes*, se a ação for julgada improcedente por falta de provas, sendo vedada nova ação pelo mesmo legitimado.
- E *ultra partes*, se a ação for julgada improcedente por falta de provas, podendo ser proposta nova ação por outro legitimado.

QUESTÃO 86

Acerca dos direitos humanos da pessoa em situação de prisão, julgue os itens seguintes.

- I O Protocolo Opcional à Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes é, formalmente, não vinculante, podendo ser classificado como *soft law*.
- II Conforme a Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes, para que seja classificado como tortura, um ato deve necessariamente envolver, direta ou indiretamente, um agente público.
- III As normas da ONU voltadas especificamente ao tratamento das mulheres presas estão dispostas nas Regras de Bangkok.

Assinale a opção correta.

- A Apenas o item I está certo.
- B Apenas o item II está certo.
- C Apenas os itens I e III estão certos.
- D Apenas os itens II e III estão certos.
- E Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 87

A respeito dos múltiplos aspectos relativos à saúde e às deficiências físicas, assinale a opção correta.

- A** Diferentemente do que se observa na CF, a saúde é considerada, na Declaração Universal de Direitos Humanos, um valor a ser protegido, mas não um direito.
- B** A expressão judicialização da saúde refere-se a situações em que o Poder Judiciário é convocado a decidir questões de desenho de política pública, mas não de direitos humanos.
- C** A Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência adota o modelo biomédico de deficiência.
- D** A Associação Nacional dos Defensores Públicos propôs ação direta de inconstitucionalidade requerendo a garantia do direito ao aborto a gestantes infectadas pelo vírus da zika.
- E** O movimento sanitaria seguiu a doutrina higienista, o que se observa no texto da CF, cujas disposições acerca do direito à saúde foram fortemente influenciadas por esse movimento.

QUESTÃO 88

Acerca dos múltiplos aspectos relacionados à pobreza e ao direito ao desenvolvimento, assinale a opção correta.

- A** Programas de transferência de renda com condicionalidades não podem ser considerados formas de garantia do direito ao desenvolvimento.
- B** Não há, na legislação internacional voltada aos direitos humanos, marco jurídico que ofereça proteção a indivíduos em situação de pobreza.
- C** A ONU não dispõe de instrumentos que assegurem como inalienável o direito ao desenvolvimento.
- D** A referência na CF à justiça social dirige-se apenas ao Poder Legislativo e o obriga à positividade de políticas públicas com base na igualdade.
- E** A escassez de renda não é o único critério para se definir o conceito de pobreza, a qual pode ser entendida, também, como a privação de capacidades básicas.

QUESTÃO 89

Assinale a opção correta, relativa à diversidade de gênero.

- A** Cisgênero e transgênero são termos sinônimos e se referem a pessoas que não se identificam com comportamentos sociais do gênero que lhes foi atribuído, pelo saber médico, ao nascer.
- B** Conforme a Corte Interamericana de Direitos Humanos, a ausência de consenso internacional quanto aos direitos da população LGBT obsta a efetiva proteção desses indivíduos contra atos de discriminação.
- C** Caracteriza-se como discriminação indireta, entre outros, ato aparentemente neutro que acarrete desvantagens, especificamente, para mulheres.
- D** Há, vigente no Brasil, tipo penal específico relativo à criminalização da homofobia e da transfobia.
- E** A Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher é, também, o principal instrumento do direito internacional voltado à proteção da população LGBT.

QUESTÃO 90

Assinale a opção correta, com base na Convenção Americana de Direitos Humanos e no entendimento da Comissão e da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

- A** Conduta estatal que viole obrigação internacional poderá ser tolerada, caso obedeça às exigências do direito interno desse Estado.
- B** A regra de esgotamento dos recursos de direito interno, embora mais processual que substantiva, se estende também a reformas de ordem constitucional ou legislativa.
- C** Modificações no ordenamento jurídico de determinado Estado voltadas a adequá-lo às normas do direito internacional dos direitos humanos não são consideradas formas de reparação.
- D** A Corte decidiu que, embora a Convenção Americana de Direitos Humanos proteja a vida em geral, os embriões não podem ser considerados pessoas.
- E** Embora de difícil efetivação, em razão das frequentes crises migratórias, o direito a migrar está previsto na Convenção Americana de Direitos Humanos.

QUESTÃO 91

No que se refere à aplicação dos direitos humanos no plano nacional, julgue os itens a seguir.

- I O uso de máscaras em protestos políticos se relaciona com o direito fundamental à liberdade de expressão.
- II Conforme a Relatoria para a Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o crime de desacato presente nas legislações de diversos Estados americanos está em discordância com a Convenção Americana de Direitos Humanos.
- III Em relação à capacidade civil dos indígenas do Brasil, indivíduos pertencentes a essas comunidades devem ser representados, sempre, pela FUNAI.

Assinale a opção correta.

- A** Apenas o item II está certo.
- B** Apenas o item III está certo.
- C** Apenas os itens I e II estão certos.
- D** Apenas os itens I e III estão certos.
- E** Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 92

Acerca dos direitos humanos das pessoas em situação de vulnerabilidade, assinale a opção correta.

- A** Conforme disposição da OIT, os povos indígenas deverão ser consultados sempre que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas capazes de afetá-los diretamente.
- B** Como a prática cultural de rodeios e vaquejadas resguarda a segurança e a saúde dos seres humanos, ela não é objeto da disciplina dos direitos humanos.
- C** Por ser requisito de funcionamento do estado de direito, a proteção da democracia é objeto do direito interno, não se relacionando à garantia dos direitos humanos positivados.
- D** Em caso de grave violação de direitos humanos, o procurador-geral da República poderá suscitar, perante o STJ, deslocamento da justiça federal para o plano estadual.
- E** É vedada a imigrantes que não sejam falantes de língua portuguesa a participação em atos de conciliação ou de solução alternativa de conflito.

QUESTÃO 93

Acerca do direito à igualdade e de sua proteção no âmbito dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A** No caso de colisão entre tais direitos, o direito individual dos usuários de drogas à saúde estará sempre em posição hierárquica inferior ao direito humano dos demais cidadãos à segurança pública.
- B** Não é possível obrigar os Estados a efetivar o direito ao trabalho, na medida em que se trata de um direito que depende de questões econômicas e não propriamente jurídicas.
- C** O conceito de superioridade racial não é discriminatório, devido à existência de evidências científicas que indicam que indivíduos de determinadas raças têm habilidades intelectuais mais desenvolvidas.
- D** O movimento feminista é exemplo de movimento social de fundo discriminatório, na medida em que prioriza os direitos da mulher em detrimento dos direitos do homem.
- E** Entre os objetivos da Lei Brasileira da Inclusão, inclui-se o de eliminar as barreiras ambientais que dificultem a interação entre as pessoas com deficiência e as estruturas urbanas, promovendo a igualdade.

QUESTÃO 94

A respeito da aplicação e da efetividade dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A** Proibição, decorrente de protestos de grupos religiosos, de exibição de peça teatral que trate de diversidade de gênero não será caso de conflito de direitos humanos, pois envolverá apenas o direito à liberdade de crença.
- B** Conforme entendimento do STF, é inconstitucional a resolução do CNJ que determina que toda pessoa, ao ser presa, deverá ser apresentada à autoridade judicial em até vinte e quatro horas.
- C** A Comissão Nacional da Verdade teve por objetivo reconstruir a verdade histórica acerca tanto do governo ditatorial de Getúlio Vargas quanto da ditadura militar de 1964 a 1985.
- D** O Conselho Nacional de Direitos Humanos é composto por representantes de órgãos públicos e representantes da sociedade civil com prerrogativas administrativas e poder de sanção.
- E** O índice de desenvolvimento humano deve, obrigatoriamente, ser utilizado pelos estados brasileiros no desenho de suas políticas públicas de direitos humanos.

QUESTÃO 95

Acerca da teoria, dos fundamentos e da crítica dos direitos humanos, assinale a opção correta.

- A** O STF rejeita a teoria de gerações de direitos humanos, uma vez que ela apresenta perspectiva fragmentada desses direitos, desprezando seu caráter de interdependência.
- B** Dado o enfraquecimento do Estado, consequência da globalização econômica, os direitos individuais estão sendo substituídos por direitos coletivos.
- C** Apesar da mobilização da sociedade civil brasileira em torno do tema, não foram aprovados, pelo Poder Legislativo, a política nacional e o sistema nacional de participação social.
- D** O Brasil atingiu, neste século, um estágio de ampla democracia racial, com baixos níveis de discriminação, tornando desnecessário o sistema de cotas raciais no acesso à universidade pública.
- E** A OIT determina que, em caso de conflito, a garantia dos direitos humanos prevalecerá sobre a proteção dos costumes das sociedades indígenas.

QUESTÃO 96

João é o único DP em exercício em uma comarca do interior do estado X. Celso, sobrinho da esposa de João, foi preso em flagrante na referida comarca e declarou, na audiência de custódia, não ter condições de constituir advogado. Por esse motivo, João foi convocado para a audiência, mas sua participação foi impugnada pelo promotor de justiça, que alegou existência de relação de parentesco entre ele e Celso.

Considerando essa situação hipotética e a legislação pertinente, no que se refere à atuação institucional de João, o juiz da vara criminal da comarca do interior do estado X deverá

- A** impedi-la, já que o parentesco por afinidade é motivo de impedimento tanto na fase pré-processual quanto na fase processual.
- B** impedi-la, uma vez que o parentesco por afinidade dá causa a incompatibilidade, nas fases pré-processual e processual.
- C** impedi-la, em qualquer circunstância, pois a relação de parentesco constitui motivo de suspeição.
- D** autorizá-la, pois o impedimento de DP ocorre apenas em casos de parentesco consanguíneo ou afim em linha reta ou colateral.
- E** autorizá-la, desde que o juiz assim o determine, devendo ser, no entanto, restrita aos atos da fase pré-processual.

QUESTÃO 97

No que concerne à assistência jurídica integral, assistência judiciária e gratuidade judiciária, assinale a opção correta.

- A** A gratuidade judiciária é o instituto mais amplo entre os referidos, tendo abrangido a assistência judiciária.
- B** A assistência jurídica integral é exercida por advogados públicos ou privados nomeados pelo Poder Judiciário para prestar auxílio judicial e extrajudicial à população.
- C** Exercem a assistência judiciária, entre outros, os profissionais liberais designados para o encargo de perito nos processos judiciais em que tenha sido deferida a gratuidade da justiça.
- D** O benefício da gratuidade da justiça é destinado somente às pessoas naturais.
- E** A assistência judiciária garante a concessão pelo Poder Judiciário de isenção de custas, taxas e despesas processuais, mas não de emolumentos.

QUESTÃO 98

De acordo com a jurisprudência do STF acerca dos honorários advocatícios decorrentes da atuação da DP, assinale a opção correta.

- A** A inexistência de condenação anterior em honorários advocatícios em favor da DP não obsta a fixação de honorários recursais.
- B** A DP não poderá receber honorários advocatícios caso ajuíze e vença ação contra o mesmo ente estatal ao qual esteja vinculada.
- C** Caso a DP proponha uma ação, de qualquer natureza, e seja vencedora, deverão ser fixados em favor dela honorários advocatícios, em decorrência de sua autonomia institucional.
- D** A atuação de DP como curador especial não impede a condenação da parte vencida em honorários advocatícios em favor da DP.
- E** Por expressa determinação constitucional, é vedado ao DP, a qualquer título e sob qualquer pretexto, o recebimento de honorários.

QUESTÃO 99

De acordo com a CF e a legislação pertinente, constitui, entre outras, função institucional da DP

- A** defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.
- B** convocar audiências públicas para discutir políticas públicas sobre saúde, educação, moradia e segurança.
- C** exercer a curadoria especial de natureza material.
- D** promover, prioritariamente, a solução extrajudicial dos litígios, por meio de instrumentos que valerão como título executivo.
- E** assegurar os princípios constitucionais da ampla defesa e do contraditório.

Espaço livre

QUESTÃO 100

Acerca dos aspectos regulamentares relativos ao DP interamericano e à sua atuação junto à Comissão e à Corte Internacional de Direitos Humanos, assinale a opção correta.

- A** O DP interamericano tem legitimidade para submeter casos diretamente à Corte Internacional de Direitos Humanos.
- B** A Comissão Internacional de Direitos Humanos dá legitimidade ao DP interamericano para propor a execução dos julgados diretamente na jurisdição federal do Estado-parte.
- C** Compete aos DP gerais dos Estados americanos escolher o DP interamericano após a análise de lista tríplice apresentada pela AIDEF.
- D** O DP interamericano que intervier junto à Comissão Internacional de Direitos Humanos no interesse de supostas vítimas deverá exercer suas funções institucionais também na fase judicial do processo, caso ocorra.
- E** O DP interamericano poderá ingressar com incidente de deslocamento de competência de um caso para a competência da Corte Internacional de Direitos Humanos caso haja falha do Estado-parte na apuração e no julgamento de violações coletivas dos direitos humanos.